

() Graduação (X) Pós-Graduação

GUIAS DE FONTES CIENTÍFICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS

Juliana Salvador Alves,
Universidade Federal de Santa Catarina,
juliana.salvador@ufsc.br

Adriano Gonçalves,
Universidade Federal de Santa Catarina,
adriano.goncalves@ufsc.br

Cláudio José Amante,
Universidade Federal de Santa Catarina,
claudiojosea@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um panorama dos guias de fontes científicas das instituições de ensino superior federais. Entende-se que essas instituições têm duas motivações para realizar esse diálogo com a sociedade: o compromisso em formar e informar e a necessidade em divulgar o que produzem, principalmente, em tempos cruciais, tais como cortes orçamentários e trabalho remoto. Foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, em sua fundamentação teórica, e pesquisa documental, no levantamento dos guias de informações publicados pelas instituições. A partir dos dados, realizou-se uma análise quantitativa, caracterizando os guias, e uma análise de conteúdo, abordando cinco categorias de informações e inferências dos autores sobre os critérios utilizados. A análise conduz a questões que podem ser vistas como lacunas, outras como complementos de um guia para outro, além de adequações possíveis no período de trabalho remoto e pós-pandemia. O estudo em questão apresenta as informações que os guias disponibilizam ao usuário, mas também abre caminho para analisar-se, em próximos estudos, a adequação dos guias de fontes às legislações, em especial à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Proteção de Dados.

Palavras-chave: Guias de fontes; Fontes científicas; LAI; LGPD; Administração universitária.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na análise das características de guias de fontes científicas das Instituições de Ensino Superior Federais (IESF) e leva em consideração dois aspectos: o compromisso dessas instituições e de seus profissionais de servirem à sociedade e o direito dos cidadãos de terem acesso ao que é produzido nas instituições federais.

A partir desse entendimento esta pesquisa considera que os agentes públicos têm como compromisso divulgar e socializar as informações e os conhecimentos produzidos no âmbito das IESF. Além da obrigação legal, as instituições públicas também têm demonstrado interesse em divulgar suas ações. Observa-se isso diante de contextos que colocam em evidência e, até mesmo, questionam o trabalho desenvolvido, tal como a modalidade de *home office*, no período vivenciado durante a pandemia de Covid-19.

Sob a perspectiva da sociedade, há o direito de que todos os cidadãos tenham acesso à informação, por meio dos mecanismos de transparência, como forma de averiguação sobre o que é desenvolvido com o que é de bem comum. Além disso, entende-se aqui a relevância de ter acesso à informação, como potencial para a construção e o exercício da cidadania, como formação para emancipação e para a colaboração com uma sociedade mais diversa, justa e democrática.

Além dos aspectos citados, essa pesquisa busca atender a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que compromissam os países com o desenvolvimento global até 2030 e propõem uma agenda mundial para implementação de políticas públicas. O ODS que se foca nessa pesquisa é relacionado ao objetivo que trata de promover a construção de infraestruturas resilientes, a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (NAÇÕES UNIDAS, 2021). Ao realizar a análise dos guias de fontes científicas intenciona-se colaborar com o fortalecimento da pesquisa científica, auxiliando na melhoria das capacidades tecnológicas dos países. Ao propor a análise de conteúdo dos guias, pode-se abrir caminhos para melhorias na publicação dos mesmos, “incentivando a inovação e aumentando o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento” (NAÇÕES UNIDAS, 2021).

Esta pesquisa contempla a informação (como dever do órgão público e direito do cidadão), a formação (como função da instituição educacional e também direito do cidadão) e a divulgação científica (compromisso e relevância para a instituição pública e interesse em potencial dos cidadãos). Dessa forma, aponta-se a problemática da pesquisa: **quais são as**

características dos guias de fontes científicas publicados pelas Instituições de Ensino Superior Federais?

Tem-se como objetivo geral analisar as características dos guias de fontes científicas publicados pelas Instituições de Ensino Superior Federais (IESF) e como objetivos específicos identificar as IESF que publicam guias de fontes científicas em formato digital; caracterizar os guias publicados; elencar categorias de análise dos guias e realizar a análise de conteúdo dos guias publicados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Na perspectiva deste estudo, a instituição de ensino superior é considerada como uma instituição social

que aspira à universalidade. (...) tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa. (...) se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão [de classes] (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Ao mencionar o termo informação, compreende-se o processo formativo que possibilita a transformação de informação em conhecimento, nas situações de educação formal e informal. Para além da informação como moeda de troca, essa abordagem considera informação como peça-chave para a construção de conhecimento, que emancipa, possibilita a mobilidade social e a tomada de consciência do papel de cada cidadão. É relevante que a informação seja instrumento para novas oportunidades e caminho para a liberdade de pensamento, posicionamento e possibilidades de crescimento.

De acordo com Cunha (2007, p. 30),

O acesso à informação contribui à promoção da cidadania ao respeitar o indivíduo com seu direito fundamental específico e compreendê-lo como sujeito de direito nos moldes do ordenamento jurídico constitucional. Constitui também, como uma ferramenta essencial para combater a corrupção e garantir o princípio da transparência na gestão pública.

Diante disso observa-se quão relevante é a informação para a sociedade tornar o cidadão um sujeito conhecedor de seus direitos. A autora ainda afirma que

para obter informação precisa e em tempo hábil, o acesso à informação dos órgãos públicos é essencial, além do que se houver a conscientização de cada

indivíduo sobre o potencial do acesso à informação, certamente teremos um coletivo mais exigente, mais inteligente, mais seguro e o resultado de um país melhor (CUNHA, 2007, p. 30).

Sob a perspectiva da sociedade ocidental, todos nós, como cidadãos integrantes de uma comunidade, fazemos parte da sociedade. A cidadania pressupõe direitos e deveres a serem cumpridos pelo cidadão, que serão responsáveis pela vivência em sociedade. Um dos direitos do cidadão é o acesso à informação, de acordo com o artigo 5º, Inciso XIV, da Constituição Federal Brasileira, “todos têm direito ao acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988). Segundo Cunha (2007, p. 24), “quem conhece seus direitos, consegue resgatar sua cidadania e sentir-se respeitado, sendo então a informação a referência básica para cidadania”.

Parte-se, então, do serviço público - que tem o compromisso de disponibilizar informação à sociedade e da IESF - como instituição social para formação e disseminação do conhecimento para construção da sociedade.

A Administração Pública Federal é regida pelos seguintes princípios, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988): legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legalidade sujeita a prestação de serviço às leis ou normas; a impessoalidade tem como objetivo a satisfação do interesse público e o tratamento igualitário; a moralidade pressupõe o atendimento à lei jurídica e, também, à ética das instituições; a publicidade refere-se à divulgação dos atos administrativos e à prestação de contas à população; e a eficiência exige a atuação com boa gestão dos recursos e serviços. Balizado por esses princípios, o serviço público federal deve, além de servir à sociedade, prestar contas sobre o trabalho desenvolvido com os recursos investidos pelos cidadãos.

Um agente público, de acordo com a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, é “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração” (...) por qualquer “forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função” (BRASIL, 1992) suas atividades em quaisquer das instituições vinculadas diretamente ou indiretamente à Administração Pública. Assim, quando se aborda nesse trabalho a informação, a formação e a divulgação, temos como sujeitos não só os servidores públicos, conceituados como agentes administrativos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão, de acordo com a Lei nº 8.112/1990 (BRASIL, 1990), mas também “os agentes públicos, incluindo os servidores comissionados, os servidores efetivos, os temporários, os terceirizados e os funcionários de entidades da administração direta e da administração indireta autárquica e fundacional” (BRASIL, 2020b). Assim, comprehende-se que todos os agentes públicos são

potenciais agentes da construção social, têm a função de servir, trabalhar em prol do bem comum e do interesse público e zelar pelo que é de todos.

O Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2020b) apresenta como preceitos que o servidor público balize suas ações em três regras, das quais destaca-se nesse trabalho a terceira:

- a) fazer sempre o que é certo e justo mesmo que isto seja o mais trabalhoso e difícil e mesmo quando ninguém esteja olhando;
- b) tratar os outros com empatia, evidenciando o padrão de comportamento com o qual o próprio servidor gostaria de ser tratado; e
- c) reconhecer, por meio de suas atitudes, que o orçamento da União e os valores por ela despendidos têm origem no esforço de cada cidadão brasileiro e, por isso, deve ser aplicado com a máxima responsabilidade e economicidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como uma de suas finalidades “socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, (...) na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática” (UFSC, 2020). Como universidade, de acordo com Haskins (2015, p. 25), tem como atividade principal “a formação de estudiosos e a continuidade da tradição de aprendizagem e investigação”. Observa-se que as palavras tradição e investigação, ainda que pareçam antagônicas, se complementam. A instituição universitária tem como tradição, como linha em comum ao longo de seu percurso histórico, a investigação, a busca pela descoberta e pelo novo.

Considera-se aqui, também, para além da formação do profissional, a socialização como divulgação do saber construído em prol da sociedade local ou global. Dentre os recursos financeiros investidos na UFSC, parte é destinado às atividades de pesquisa e extensão e à remuneração dos servidores públicos, assim como ao uso da infraestrutura da Universidade para o desenvolvimento dessas atividades. Nessa perspectiva, faz-se necessário uma resposta à sociedade como uma obrigação legal, além de ser um interesse da própria instituição divulgar a ciência produzida e os conhecimentos construídos.

Ao longo dos últimos anos, a Universidade vivenciou ao menos dois episódios nos quais o interesse pela divulgação tornou-se uma necessidade de mostrar seu papel à sociedade: o contingenciamento de verbas no 1º semestre de 2019 e a pandemia de Covid-19, desde o 1º semestre de 2020. Nesses cenários, observou-se na UFSC o movimento de expor, de forma mais explícita por meio dos veículos de comunicação de massa, o que se produz em prol da sociedade. Em 2019, por exemplo, foram realizadas ações intituladas “UFSC na Praça” com o objetivo de compartilhar o conhecimento produzido e aproximar o ambiente acadêmico das

comunidades de Florianópolis “que sustentam, desenvolvem e compõem a Universidade” (UFSC, 2019a). Além de promover o debate “em torno do acesso da população às produções acadêmicas e a relação entre universidade e sociedade, de modo geral” (UFSC, 2019b).

No ano de 2020, início da pandemia de Covid-19, e na continuidade no ano de 2021, novamente mostrou-se necessário destacar à sociedade as produções científicas e as colaborações da UFSC com o bem-estar comum. Diante da necessidade de dar continuidade às atividades de forma remota, a Universidade buscou divulgar com ênfase suas ações, de forma a responder à comunidade que a produção de conhecimento não estava parada. Para isso, entre outras ações, pesquisadores promoveram ou participaram de “*lives, webinars, podcasts*, além de disponibilizarem vídeos, material de estudo e boletins de pesquisa sobre o impacto da Covid-19 sobre a vida dos catarinenses” (UFSC, 2021). Além disso, a Agência de Comunicação (Agecom) da UFSC publicou diversas matérias divulgando as ações mais práticas, de pesquisa aplicada (portanto mais visível ao público em geral) desenvolvidas na Universidade, tais como: desenvolvimento de respiradores de baixo custo, telemedicina, aplicativos para mapear casos de Covid-19 e robô para desinfetar ambientes. A UFSC se fez presente na mídia local como prestadora de serviço, por meio de suas orientações científicas acerca da pandemia, e também pela disponibilização de espaço para vacinação, entre outras ações publicizadas pela campanha “UFSC com ciência pela vida” (UFSC, 2021).

Além das ações de divulgação em meio a períodos cruciais, como os dois recentes e relembrados anteriormente, a perspectiva desta pesquisa é que a UFSC tem como função social divulgar o que realiza, a quem a financia, e trabalhar em prol da formação desse mesmo público.

Os direitos previstos, por exemplo, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) conferem à sociedade o acesso para “aumentar a eficiência do Poder público, diminuir a corrupção e elevar a participação social” (BRASIL, 2020a). Para além desse direito de controle, forjado pelas políticas públicas que primam pela transparência dos órgãos públicos, considera-se aqui o direito de acesso ao conhecimento, como elemento formador da sociedade.

A formação se dá tanto por meio da educação formal, em quaisquer dos níveis de ensino, como pela educação informal, por meio de acesso a notícias, ações de prestação de serviço, debates sobre determinados temas, rodas de conversas ou ações culturais levadas à comunidade. A construção do conhecimento fortalece a cidadania, promove a cultura emancipatória, apresenta instrumentos para o debate de ideias e a consolidação de uma sociedade mais democrática e diversa. É preciso conhecer algo para poder questioná-lo, para poder participar, para construir junto o que é de todos. De acordo com Chomsky (2020), há uma

arena pública, na qual os cidadãos podem participar do que diz respeito à sociedade. Para o autor, “a democracia funciona na medida em que os indivíduos possam ter uma participação significativa na arena pública (...). Uma democracia que funciona pressupõe uma relativa igualdade de acesso aos recursos (...)” (CHOMSKY, 2020, p. 102).

Nesse aspecto, considera-se nesse estudo que a principal função social das IESF é contribuir para a formação da sociedade. Assim, para promover a formação e, ao mesmo tempo, para se fazer conhecer e construir em um movimento dialético de contribuição que vai para a sociedade e vem dela, é necessário divulgar o que se produz dentro das instituições públicas.

Um guia de fontes científicas tem como finalidade realizar o intermédio entre a instituição pública e a sociedade. Dessa forma, mesmo sendo um instrumento, um guia de informações científicas converge com o ponto de vista desta pesquisa: divulgação para ampliar o acesso à informação e ao conhecimento. A finalidade é possibilitar que a instituição pública e a sociedade dialoguem e se construam de forma dialógica. Quanto mais a sociedade conhecer a instituição, compreender sua relevância, fizer parte dela, mais a instituição será democrática e diversa – e vice-versa.

2.2 GUIA DE FONTES CIENTÍFICAS: EXEMPLOS DA UFSC

Um guia é uma fonte de informação e pode ser considerada uma obra de referência, que, segundo Silberger (1990, p.13), é um tipo de obra destinada “à consulta de informação específica em vez de uma leitura do começo ao fim”. Nessa conceituação, um guia tem a intenção de possibilitar “uma visão ampla, descrever as características notáveis, e fornecer informação prática” (SILBERGER, 1990, p. 177).

Na UFSC, o guia de informações científicas é denominado Guia de Fontes e teve suas três edições organizadas pela Agecom. A primeira versão foi publicada em 1993, intitulada “Guia de Fontes da UFSC: onde e como achar informações científicas”. Teve como objetivo “facilitar o acesso dos professores aos profissionais da Comunicação e poupar trabalho na seleção dos entrevistados” (UFSC, 1993, p 5), pois a Agecom recebia demandas de jornalistas da mídia externa sobre profissionais que abordassem determinado tema. Além de sua utilidade para divulgação em veículos de comunicação, no contexto de 1993, a Agecom também percebeu na publicação uma validade “para melhorar a comunicação interna, pois assim, um pesquisador pode descobrir se há outra pessoa trabalhando em áreas afins dentro de sua própria instituição” (UFSC, 1993, p 5). A segunda edição do Guia de Fontes, com o mesmo subtítulo

que a primeira versão, foi publicada em versão impressa e apresentou como objetivo “auxiliar a vida de jornalistas e pesquisadores na divulgação científica e no relacionamento da universidade com a sociedade” (UFSC, 1998, p. 3). Traz uma reflexão de Moacir Loth, então diretor da Agecom, sobre a relação entre jornalistas e cientistas, valorizando o diálogo entre os profissionais e a relevância de ambos na “intermediação da notícia para a sociedade” (UFSC, 1998, p. 5). A versão mais recente de guia de informações científicas da UFSC é de 2010. A Agecom atende à mídia do estado de Santa Catarina e de outras unidades federativas, com a finalidade de identificar e disponibilizar informações sobre pesquisadores de diversos temas. O “Guia de Fontes da UFSC - Onde e como achar informações científicas” tem como objetivo agilizar a demanda de identificação dos especialistas (UFSC, 2010, p. 7). De acordo com a publicação, a UFSC, seguindo as recomendações da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, foi uma das pioneiras em organizar uma publicação desse gênero.

Ainda que a perspectiva das edições do Guia de Fontes seja o foco no jornalista externo à UFSC, que irá utilizá-lo como fonte para o jornalismo científico, o objetivo final é levar o conhecimento à sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos seus objetivos, esta pesquisa é exploratória, com a finalidade de realizar-se um levantamento, e também descritiva, pois visa descrever as características do que foi selecionado. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, para que seja contextualizada a necessidade de divulgação de informações científicas, e documental, pois informações provenientes das páginas das IESF foram utilizadas para a coleta de dados e de informações (MENEZES, 2009).

As análises realizadas são quantitativa e qualitativa; esta, análise de conteúdo baseada em Bardin (2010). A análise de conteúdo é organizada nas três seguintes etapas: pré-análise; exploração do material ou codificação; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação - quando são realizadas a síntese e a seleção dos resultados, as inferências e as interpretações.

O universo da pesquisa foi constituído de guias de fontes científicas publicados pelas IESF. Foi realizado um levantamento documental de instituições de ensino superior que desenvolveram e mantêm publicados digitalmente os seus guias de fontes. Para isso, a busca foi realizada em *site* de busca da internet, de três formas distintas, mantendo-se o termo “guia de fontes” por ser a nomenclatura padrão encontrada em uma primeira busca livre.

a) Busca pelo termo “guia de fontes”, com recorte temporal entre 01/01/2010 e 13/05/2021, sendo 2010 a data utilizada por ser a versão mais recente do Guia de Fontes da UFSC e 2021, a data da pesquisa.

b) Busca, inicialmente, dos *sites* de todas as universidades federais do país. Em cada uma das páginas, foi realizada a busca pelo termo “guia de fontes”, sem recorte temporal.

c) Busca, inicialmente, dos *sites* de todos os institutos federais do país. Em cada uma das páginas, foi realizada a busca pelo termo “guia de fontes”, sem recorte temporal.

Cada um dos guias foi consultado com a finalidade de verificar-se a data de publicação; o nome da instituição; a categoria da instituição (universidade ou instituto federal); o formato de publicação do guia e as informações disponibilizadas acerca dos pesquisadores.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados referentes à análise das características dos guias de fontes científicas, de forma quantitativa e também a análise de conteúdo. Considerando-se os objetivos específicos elencados: identificar as IESF que publicam guias de fontes científicas em formato digital; caracterizar os guias publicados; elencar categorias de análise dos guias e realizar a análise de conteúdo dos guias publicados.

As três buscas, realizadas na data de 13/05/2021, resultaram em um total de 28 guias de fontes. Para esta pesquisa foram selecionados apenas os guias de Instituições de Ensino Superior Federais. O resultado é a recuperação de 19 guias, os quais são caracterizados nas subseções seguintes.

4.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS

A busca por guias de fontes em *sites* das universidades federais teve como população inicial 68 instituições. Dessas, 16 dispõem de guias de informações científicas publicados, no recorte temporal especificado, o que corresponde a 23,52% do total de universidades federais pesquisadas. A segunda busca, por guias publicados por institutos federais, teve como universo 38 instituições. Dessas, 3 disponibilizam guias de fontes, correspondendo a 7,90% dos institutos federais.

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior Federais X Guias de Fontes

	Busca por guias de fontes	Informação recuperada
Universidades Federais	68	16
Institutos Federais	38	3
Total		19

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS GUIAS DE FONTES CIENTÍFICAS: ANÁLISE QUANTITATIVA

As informações recuperadas serão categorizadas sem distinção entre as IESF, considerando-se a amostra válida o grupo com os dois tipos de instituições. Ainda que com enfoques diferentes, ambos os tipos de instituições lidam com ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita e indica a necessidade de divulgação de informações científicas.

Do total de 19 guias de informações científicas recuperados, classifica-se por data de publicação da seguinte forma:

- oito (8) dos guias não dispõem de data registrada, mas são publicados em formato *online* e entende-se que estão vigentes – correspondem a 42,10 % da amostra;
- os anos de 2010 e 2013 têm um (1) guia publicado, o que contempla, cada um, 5,26 % da amostra;
- os anos de 2017, 2018 e 2020 têm dois (2) guias publicados, cada um correspondendo a 10,53% dos guias recuperados e
- o ano de 2019 tem o registro de três (3) guias publicados, referente à 15,79% da pesquisa realizada.

Tabela 2 – Guias de Fontes X Ano de Publicação

Ano	2010	2013	2017	2018	2019	2020	Sem data*
Quantidade	1	1	2	2	3	2	8
Percentual	5,26%	5,26%	10,53%	10,53%	15,79%	10,53%	42,10%

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

*Os guias de fontes sem data de publicação, considerados nesta pesquisa, estão disponíveis somente em formato *online*. Desta forma, entende-se que sejam versões vigentes em 2021.

A pesquisa também categorizou os guias por formato de publicação digital, sendo dois os tipos: formato *online* e formato em arquivo do tipo *Portable Document Format* (PDF). Considera-se nesta pesquisa o formato *online* aquele que está publicado diretamente no ambiente *World Wide Web*, ou seja, executado na Internet, por meio do uso de um navegador, conforme atualização dos administradores do *site*. O formato PDF, nesta pesquisa, considera todos os guias de fontes que são acessados por meio de *download* do arquivo, geralmente com registro de data de elaboração e publicação. Assim, 57,90% dos guias estão *online* e 42,10%, em formato PDF.

Tabela 3 – Guias de Fontes X Formato de Publicação Digital

Formato de Publicação Digital	<i>Online</i>	PDF
Quantidade	11	8
Percentual	57,90%	42,10%

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

4.3 INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NOS GUIAS DE FONTES CIENTÍFICAS: ANÁLISE QUALITATIVA

O conteúdo dos 19 guias recuperados nesta pesquisa foi subdividido em categorias de acordo com seu enfoque e analisado qualitativamente, como apresenta-se nesta subseção.

Inicialmente, as informações disponibilizadas nos guias foram categorizadas em cinco áreas, sendo elas: identificação, contato, formação, área do conhecimento e informações complementares. As categorias elencadas contêm as seguintes informações:

1. Identificação: relativo ao nome, cargo, lotação, currículo Lattes e nacionalidade do pesquisador.
2. Contato: referente à sala de atendimento, divulgação do *e-mail* e/ou telefone, ou solicitação de contato intermediado pela instituição.
3. Formação: informação sobre a titulação máxima e a formação acadêmica.
4. Área de Conhecimento: abarca diversas denominações, tais quais linha de pesquisa, temas sobre os quais pode conceder entrevista, palavra-chave, áreas de atuação, especialidade, habilidades (palestra, oficinas e/ou treinamento, entrevistas / opiniões).
5. Informações complementares: há registro de sugestão de material didático, participação em grupos de pesquisa, núcleo ou laboratório de pesquisa, recomendação de *link* pelo pesquisador, sumário por assunto, divulgação de projetos e publicações.

Na sequência, são apresentadas as categorias e a análise de conteúdo elaborada pelos autores, sobre como os guias de fontes abordam cada uma das categorias e alternativas propostas.

4.3.1 Categoria Identificação

O principal dado contido nesta categoria está presente na totalidade dos guias, uma vez que todos disponibilizam as informações por entrada via nome do pesquisador. Somente um dos guias de fontes apresenta, além do nome, a entrada por assunto.

Com relação ao cargo do pesquisador elencado, esta informação é citada em uma parcela muito pequena dos guias de fontes. Entende-se que o foco dos guias é informar sobre os temas desenvolvidos pelas instituições públicas, ficando em segundo plano qual o cargo exercido pelo servidor público em questão. Na UFSC, por exemplo, a maioria dos pesquisadores que coordenam projetos de pesquisa são servidores docentes, o que não inviabiliza a coordenação por parte dos servidores técnico-administrativos. O que ocorre, geralmente, é que a carreira docente tem a pesquisa como um dos seus pilares e a carreira funcional do técnico-administrativo, a depender de seu cargo e atribuições, não tem essa exigência. Nesse caso, o investimento na proposição e no desenvolvimento de pesquisas, entende-se, é balizado pelo seu direcionamento de carreira.

A lotação do pesquisador está presente na maioria dos guias pesquisados. As referências são feitas ao *campus*, ao departamento e à unidade acadêmica dos pesquisadores. O que denota a relevância de localizar o pesquisador dentro de uma instituição, em geral de grandes dimensões, e, possivelmente, direcionar o usuário do guia de fontes ao setor responsável pelo contato com o pesquisador.

A disponibilização do *link* para acesso ao currículo Lattes está presente em grande parte dos guias de fontes, como forma de apresentar as produções acadêmicas dos pesquisadores para os usuários interessados. O currículo Lattes é o cartão de visitas do pesquisador em nosso país e sua referência, não somente apresenta, mas também valida sua carreira profissional-acadêmica. Por sua vez, o uso do Lattes como fonte de acesso ao pesquisador, remete a temas estudados em anos anteriores, que podem suscitar questionamentos do usuário e ampliar a gama de temas com os quais o pesquisador listado pode contribuir.

Somente um dos guias faz referência à nacionalidade do pesquisador. Considerando-se que todos os pesquisadores listados são servidores públicos federais, parece tornar-se irrelevante a origem.

4.3.2 Categoria Contato

Os guias de fontes pesquisados trazem, como via de regra, duas formas de apresentar essas informações: divulgam o *e-mail* e o telefone de contato do pesquisador - geralmente vinculados ao setor de lotação, ou remetem a solicitação ao setor de divulgação da instituição de ensino para intermediar a comunicação ou disponibilizar os contatos. Apenas um dos guias faz referência à localização da sala de trabalho dos pesquisadores.

Considerando-se que os guias são anteriores à pandemia de Covid-19 e ao trabalho remoto, entende-se que, no contexto atual, outras formas de contato já poderiam ser disponibilizadas pelos pesquisadores.

Na UFSC, por exemplo, há, além dos *e-mails* institucionais, vinculados à identidade funcional dos servidores (IDUFSC), outros canais tais como o *Chat Ufsc* e a possibilidade de vincular o ramal do setor ao IDUFSC e direcionar chamadas para o aparelho móvel que for definido. Além disso, é possível fazer o mesmo direcionamento do ramal de trabalho para o uso do aplicativo *WhatsApp Business*. Com a necessidade do trabalho remoto, também as salas de *web* conferências tornaram-se local de referência para comunicação, possibilitando que endereços de salas virtuais sejam divulgados, para encontros previamente agendados.

4.3.3 Categoria Formação

Nesta categoria os guias de fontes informam, em sua maioria, a trajetória acadêmica dos pesquisadores, assim como fazem referência à titulação máxima. Os guias que apresentam a trajetória, desde a graduação até a titulação máxima, têm a possibilidade de informar ao usuário sobre os caminhos percorridos pelo pesquisador. Pesquisas ou temas estudados no início da trajetória podem dar indícios de como o pesquisador chegou ao estudo atual, ou podem ser úteis para a elaboração de questões ao futuro entrevistado.

A informação da titulação máxima, isolada da formação, denota o nível de formação do pesquisador e quão especialista em determinado assunto ele é na atual versão do guia de fontes. Porém deixa lacunas com relação a outros temas que já foram abordados e a

possibilidade de inferir motivos pelos quais os rumos das pesquisas e atividades foram readequados.

4.3.4 Categoria Área de Conhecimento

Esta categoria abarca diversas denominações que remetem ao tema de especialidade dos pesquisadores elencados em cada um dos guias de fontes. Em sua maioria, os guias remetem à expressão área de conhecimento, mas também remetem à: linha de pesquisa, temas que pode conceder entrevista, palavra-chave, áreas de atuação, especialidade, habilidades (palestra, oficinas e/ou treinamento, entrevistas / opiniões).

Somente dois guias não disponibilizam essa informação, um deles justifica-se por ser um guia específico de uma área do conhecimento. O outro remete às disciplinas lecionadas pelo pesquisador/docente no ano de vigência do guia.

Entende-se que a área de atuação do pesquisador é a informação central do tipo de documento analisado nesse estudo. O usuário de um guia está, na maior parte das vezes, buscando um tema para ser investigado e não uma pessoa como foco da divulgação. Assim, o índice remissivo por assunto, presente em somente um dos guias pesquisados e incluído na próxima categoria, na análise desta pesquisa, deveria ser de igual relevância e até mesmo mais direcionado à recuperação da informação do que a entrada pelo nome de pesquisador.

4.3.5 Categoria Informações Complementares

As informações complementares são aquelas presentes em poucos dos guias de fontes analisados. São elas: registro de sugestão de material didático, participação do pesquisador em grupos de pesquisa, núcleo ou laboratório de pesquisa, recomendação de *link* pelo pesquisador, índice por assunto, divulgação de projetos e publicações. Essas informações estão presentes em sete dos guias analisados, individualmente.

Considera-se que são informações relevantes, ainda que não fundamentais ou indispensáveis, mas que agregam mais possibilidade de investigação dos temas e dos pesquisadores elencados. No entendimento desta pesquisa, poderiam ser incluídos como complemento em mais guias de fontes científicas do que aqueles consultados.

De forma geral, dentre todas as categorias analisadas, dois elementos principais são contemplados: a identificação pessoal e, pelo menos, uma forma de o usuário entrar em contato com o pesquisador que busca para abordar determinado tema, diretamente ou com intermediários.

Ainda que haja algumas variações entre os 19 guias de fontes científicas coletados, entende-se que se prestam ao objetivo de estabelecer um diálogo entre o pesquisador e o usuário, muitas vezes um profissional jornalista que é o porta voz da sociedade. Seja de forma direta ou por intermédio da instituição, o estabelecimento de contatos abre caminho para a divulgação do que é produzido nas universidades e nos institutos federais.

Aponta-se aqui a relevância da elaboração de guias de fontes científicas estarem de acordo com as legislações vigentes, tais como a LAI e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ambas dispõem sobre o uso de informação pessoal, tal como a LAI, em seu artigo 4º, IV, “informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável” (BRASIL, 2011). A LGPD dispõe sobre os critérios para o uso e a disseminação das informações, de forma a atender aos interesses da instituição pública, à transparência para a sociedade e, também, aos direitos dos titulares dos dados (BRASIL, 2018). Foi criada para proteger “os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (BRASIL, 2018) e possibilita que o cidadão tenha controle sobre seus dados.

Com relação às pessoas jurídicas de direito público, a LGPD versa, em seu artigo 23, sobre o tratamento de dados quando para atender ao interesse público e à finalidade pública, para a execução de suas competências legais ou cumprimento de atribuições legais (BRASIL, 2018). Entende-se, assim, que é de responsabilidade e competência das IESF a divulgação de informações primando pela publicidade, um dos princípios da Administração Pública. Dessa forma, a divulgação do que e por quem são produzidas as atividades de pesquisa e extensão, com quais recursos financeiros ou de infraestrutura, é um direito do cidadão - ter acesso à informação - e um compromisso das instituições públicas.

Em conjunto, a LAI e a LGPD têm como objetivo garantir os direitos dos cidadãos ao preservar seu direito fundamental de liberdade e privacidade e, assim, resguardar o direito à transparência na circulação de dados e informações. Além disso, no caso de instituições que compõem a Administração Pública Federal, o tratamento de dados deve considerar o legítimo interesse da administração pública e a supremacia desse interesse público. No caso, entende-se

que seja a obrigatoriedade de divulgar à sociedade o resultado do que é aplicado nas instituições públicas.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as características dos guias de fontes científicas publicados pelas Instituições de Ensino Superior Federais (IESF), recuperados em pesquisa documental, contemplando o intervalo entre os anos 2010 e 2021.

Esse estudo situa-se a partir de uma perspectiva de que as instituições públicas, no caso as de ensino superior federal, têm o compromisso de divulgar suas ações aos cidadãos e esses, por sua vez, têm o direito de acessar essas informações. Isso sob duas óticas: a instituição prestando contas à sociedade e a instituição contribuindo com a formação e a informação da sociedade que a sustenta. Além disso, considera-se o direito do cidadão de acessar informações para acompanhamento do que desenvolvem os órgãos públicos e, também, como forma de incluir-se, desenvolver sua formação e ser agente da construção da sociedade na qual está inserido.

O estudo em questão apresentou informações que os guias disponibilizam ao usuário. A análise quantitativa colocou comparativamente características como natureza da instituição (universidade ou instituto), o ano de publicação e o formato de publicação dos guias. Optou-se por não discutir a quantidade de instituições de ensino superior federais que existem no total e o percentual delas nas quais foram encontrados guias de fontes científicas publicados.

A análise de conteúdo categorizou as informações em cinco, relacionadas à: identificação, contato, formação, área de conhecimento e informações complementares. Os autores apontam questões que podem ser vistas como lacunas e outras que poderiam vir a ser utilizadas como complementos de um guia para outro. Além disso, o contexto atual de trabalho remoto, pós publicação dos guias analisados, traz novas possibilidades de formas de contato dos usuários dos guias com os pesquisadores.

Após analisar as cinco categorias, observa-se que elas se relacionam de forma que uma propõe a necessidade de outra como complemento. Na categoria identificação, a informação isolada de um nome de pesquisador não dá indícios de que tema ele poderia abordar (da categoria área de conhecimento), tampouco de que forma poderia o usuário entrar em contato para entrevistá-lo (item da categoria contato). Ter acesso ao pesquisador que versa sobre um tema isoladamente pode ser enriquecido se o usuário do guia de fontes científicas tiver acesso

à formação do entrevistado (da categoria formação). E, também, se puder complementar as informações, ou até mesmo verificar o interesse pelo contato, ao conhecer a participação em grupos de pesquisa, núcleo ou laboratório de pesquisa ou recomendação de *link* pelo pesquisador (da categoria informações complementares). Para além de todas essas informações, no entendimento desta pesquisa, a busca realizada por um índice remissivo com entrada por assunto deveria ter a mesma relevância ou ainda maior que a entrada pelo nome do pesquisador – com a finalidade de buscar-se por tema.

A análise dos guias de fontes científicas neste estudo permitiu a configuração de um panorama recente – 2010 a 2021, mas que pode contribuir com a elaboração de novos guias. Apontou-se uma questão de relevância, e que abre caminho para continuidade de pesquisa, que é a necessidade de verificar-se a adequação da divulgação de informações científicas às legislações, em especial à LAI e à LGPD.

A necessidade de divulgar, formar e informar está contida na percepção que esta pesquisa tem de instituição de ensino superior pública federal. Esteja a instituição divulgando pelo compromisso que tem com a sociedade, de prestar contas do uso do dinheiro público, ou pelo seu caráter formativo e informativo, é necessário que se paute pela clareza nas informações e pelo atendimento ao direito do usuário cidadão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.429**, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá

outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Entenda a LAI. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/infograficos/arquivos/entenda-a-lai/noticias>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Manual de conduta do agente público civil do poder executivo federal. 1. ed. Brasília: SGP/Ministério da Economia, 2020b.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CUNHA, Laura de Fátima Ferreira da. **Acesso à informação: uma questão de cidadania**. Brasília, 2007. 18f. Monografia (Especialização em Telepresencial e Virtual em Direito Constitucional) – Universidade do Sul de Santa Catarina/ Instituto Brasiliense De Direito Público, Brasília, 2007. Orientadora: Profa. MSc. Deisi Cristini Schveitzer. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/jspui/bitstream/2011/17250/1/Acesso_Informacao_Questao_LauradeFatimaFerreiradaCunha.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Santa Catarina: Danúbio, 2015.

MENEZES, Estera Muszkat. **Pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2021. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SILBERGER, Kathryn Kemp. **Obras de Referência: subsídios para uma avaliação criteriosa**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

UFSC. Guia de Fontes da UFSC: onde e como achar informações científicas. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1993.

UFSC. Guia de Fontes da UFSC: onde e como achar informações científicas. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Agência de Comunicação. Guia de Fontes da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em <https://agecom.paginas.ufsc.br/files/2010/09/Guia_de_Fontes_UFSC_Agecom_2010.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Sociedade e Universidade: UFSC na Praça será neste sábado, no Monte Verde.** Florianópolis: UFSC, 2019a.
<<https://noticias.ufsc.br/2019/10/sociedade-e-universidade-mais-proximas-ufsc-na-praca-acontece-no-monte-verde-neste-sabado/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. ‘**UFSC na Praça’ lança formulário para projetos interessados em participar da próxima edição.** Florianópolis: UFSC, 2019b. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2019/09/ufsc-na-praca-lanca-formulario-para-projetos-interessados-em-participar-da-proxima-edicao/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Conselho Universitário:** Estatuto da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <<http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Ações da UFSC contra o Coronavírus.** Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <<https://coronavirus.ufsc.br/numeros-da-ufsc-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.